

Ao lançarmos mais um número da *Revista Estudos Feministas*, em seu vigésimo ano de publicação, gostaríamos de iniciar por um debate que tem sido uma das questões levantadas pelos movimentos feministas. No dia 12 de abril de 2012, o Supremo Tribunal Federal do Brasil decidiu que o aborto de fetos anencéfalos, ou seja, com má-formação do cérebro ou do córtex, não constitui mais um crime. A decisão do Judiciário acontece mesmo que o aborto continue sendo um crime à luz das leis vigentes no país. Atualmente só é legal o aborto de fetos resultantes de estupro ou, a partir de agora, de fetos anencéfalos, sendo outros tipos de aborto considerados crimes passíveis de punição, com a prisão tanto para a mulher que procura fazê-lo quanto para o/a profissional que o praticar. A ilegalidade do aborto no Brasil faz com que muitas mulheres o pratiquem em condições muito perigosas, o que o torna a terceira causa de morte materna no país. Dessa forma, se a decisão do STF nos mostre que há avanços na discussão social da questão da descriminalização do aborto, ela também nos mostra que o caminho a ser trilhado é muito longo e sinuoso. Afinal, a questão do aborto não pode mais ser vista como uma reivindicação das mulheres, mas sim como um problema que deve ser resolvido pela sociedade.

O artigo "Entre vapores & vídeos pornô: dissidências homo/eróticas na trama discursiva do envelhecimento masculino", de Fernando Altair, problematiza as formas de regulação do gênero e da sexualidade nas produções discursivas sobre o envelhecimento masculino, colocando em evidência a sexualidade masculina e a questão do envelhecimento, tema ainda pouco trabalhado na literatura com enfoque de gênero e sexualidade.

Já o artigo de Flávia Fernandes de Carvalhaes e Fernando Silva Teixeira Filho, "Histórias de vida de mulheres HIV+ ativistas: mudanças e permanências", enfoca as trajetórias de mulheres que, diagnosticadas com HIV positivo, se transformaram em ativistas na questão da aids e precisam administrar as mudanças em suas vidas resultantes do ativismo e da doença, e também as permanências no campo afetivo-conjugal e na maternidade.

Em "Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas", Teresa

Sacchet problematiza e discute a questão das cotas para grupos sociais não hegemônicos, e mesmo a noção de representação política, colocando em evidência as cotas políticas para as mulheres no Brasil, estabelecendo um debate tanto com a teoria da ciência política quanto com as teorias feministas.

As políticas de inclusão social contemporâneas no Brasil são a temática do artigo de Dagmar Estermann Meyer, Carin Klein e Letícia Prezzi, "Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo", realizado a partir das discussões suscitadas por pesquisas abrangendo o período de 2005 a 2010 na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Na seção Ponto de vista, o ensaio "As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros", de Lila Abu-Lughod, traduzido por João Henrique Amorim e revisado por Soraya Fleischer, nos traz uma discussão muito engajada sobre a maneira pela qual tem sido vista a questão das mulheres muçulmanas, especialmente a partir da "Guerra ao Terrorismo", promovida no Afeganistão pelos Estados Unidos. A autora questiona o papel da antropologia na construção de uma ideia de que aquelas mulheres poderiam ser "salvas" e propõe novas formas de lidar com essas "outras" mulheres a partir do feminismo.

A REF publica neste número duas entrevistas, direta ou indiretamente, relacionadas aos temas do dossiê organizado por Berenice Bento e Larissa Pelúcio.

Miguel Vale de Almeida foi entrevistado por Silvia Arend e pesquisadoras da UDESC em agosto de 2009, quando participava como conferencista, em Florianópolis, do Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 e lançava no Brasil seu livro *A chave do armário*. O antropólogo português relatou aspectos de sua trajetória pessoal, formação, atuação profissional no Instituto Universitário de Lisboa e seu engajamento político às reivindicações do movimento LGBT, que o levou a se tornar o primeiro militante da causa homossexual a eleger-se para o Parlamento português.

Na entrevista, Almeida contextualizou o momento político de Portugal que culminara com a aprovação, pelo Parlamento, da lei do casamento civil, relatando a sucessão de lutas que antecederam e construíram essa conquista, cujo valor simbólico foi ressaltado por ele. Traçou também um interessante paralelo com relação à força e à visibilidade dos movimentos LGBT no Brasil, país onde são mais visíveis, e em Portugal, onde são mais politizados, embora menores em número de manifestantes e visibilidade. Falou também de suas relações com o partido socialista português e de seus planos para o retorno à vida acadêmica.

Na segunda entrevista, o sociólogo Amets Suess, membro ativo da Rede Internacional pela Despatologização Trans, autor de vários artigos acadêmicos sobre sexualidade, saúde, gênero, conversou com Berenice Bento na Espanha. A entrevista centrou-se principalmente na organização da campanha internacional Stop Trans Pathologization, convocada por redes ativistas trans espanholas, que se globalizou rapidamente entre grupos ativistas de diferentes regiões.

Suess ressaltou a importância e a complexidade do diálogo com as redes ativistas de diferentes partes do mundo, com suas estratégias compartilhadas e específicas para a despatologização das sexualidades trans, ligadas a mudanças conceituais que irão possibilitar a disponibilização de serviços de saúde pública para pessoas trans. Nesse sentido, situando a despatologização trans no quadro dos direitos humanos fundamentais, o sociólogo fala da campanha internacional para a retirada da transexualidade do rol de enfermidades e transtornos do Código Internacional de Doenças (CID), da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), da Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA).

O dossiê, organizado por Berenice Bento e Larissa Pelúcio, publica parte da produção teórica de um expressivo número de pesquisadores/as brasileiros/as que têm se debruçado nas últimas décadas sobre os temas de gênero, corpos, sexualidades, em intensos diálogos.

A partir de uma pesquisa com adolescentes travestis da cidade de Campinas, Tiago Duque, em “Reflexões teóricas, políticas e metodológicas sobre um morrer, virar e nascer travesti na adolescência”, reflete sobre questões teóricas, políticas e metodológicas que envolvem a temática do gênero e da sexualidade na contemporaneidade e como se dá a questão subjetiva e corporal do/da pesquisador/a em contato com os/as interlocutores/as, quando envolvem experiências trans.

Flavia do Bonsucesso Teixeira discute no artigo “Histórias que não têm era uma vez: as (in)certezas da transexualidade” o quanto o discurso médico-jurídico é insuficiente para capturar as possibilidades de experiências da transexualidade que não sejam pela cirurgia de transgenitalização. A autora sustenta seus argumentos em experiências singulares e modos de dar sentido ao processo de ruptura das normas de gênero e da sexualidade.

O artigo “‘Homens trans’: novos matizes na aquarela das masculinidades?”, de autoria de Guilherme Almeida, discute o uso do termo “homem trans” e algumas características comuns a tais sujeitos e apresenta a emergência de uma nova categoria identitária no Brasil, a de “homem trans”, aquele que teve seu corpo assinalado como feminino quando de seu nascimento.

Para o autor, a emergência dos 'homens trans' a partir de modificações corporais resulta em processos de autorreconhecimento e construção de masculinidades, com efeitos políticos e subjetivos, da visibilidade e da indiferenciação.

Na sequência, Gilson Goulart Carrijo, em "Poses, posses e cenários: as fotografias como narrativas da conquista da Europa", demonstra como as experiências narrativas etnográficas, ao articularem imagens e textos, podem acionar as sensibilidades, os saberes e os sentidos estéticos e culturais presentes na relação *ver-o-que-se-diz/dizer-o-que-se-vê*. Dá destaque às imagens fotográficas capturadas no cotidiano das travestis, em que a pose é um componente sócio. Para o artigo em questão, o autor recorta fragmentos da migração das travestis para a Itália, nos quais as fotos compõem narrativas de um sucesso capaz de informar sobre "a conquista da Europa".

Para William Siqueira Peres, autor de "Travestilidades nômades: a explosão dos binarismos e a emergência *queering*", as expressões sexuais e de gênero das travestis formulam novas questões sobre os modelos identitários, borrando a inteligibilidade neles fixada pelos códigos heteronormativos, explodindo binarismos, as concepções de verdade e de universais. Na medida em que se distanciam de modelos fixos de referência sexual e de gênero, as expressões travestis levam o autor a destacar os "processos de travestilização", que, segundo ele, subvertem as matrizes binárias heteronormativas do sistema sexo/gênero/desejo.

O artigo seguinte, de Heloisa Helena Barboza, "Proteção da autonomia reprodutiva dos transexuais", mapeia as dificuldades concretas de ampliação dos direitos reprodutivos em relação aos transexuais e o potencial transgressivo dessa demanda. A partir da análise da Constituição Federal e de normativas do Conselho Federal de Medicina, que asseguram o direito ao planejamento familiar e à reprodução assistida a qualquer pessoa, independentemente da orientação ou situação sexual, a autora aponta como os transexuais, ao tentarem fazer valer esse direito, abalam a ordem constituída, já que "O transexual consubstancia uma permanente contradição que o coloca supostamente no campo da ininteligibilidade". Dessa forma, aponta para o fato de que

Muitos dos problemas jurídicos enfrentados pelos homossexuais resultam da ininteligibilidade de sua situação sexual pelo direito, tanto que só recentemente iniciaram a conquista de alguns direitos, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal.

Assim, apesar das leis e das normativas que supostamente asseguram a toda pessoa humana o direito reprodutivo, essa concepção legal é colocada em xeque no momento em que é demandada por pessoas que têm sua

identidade sexual sistematicamente negada, negação essa que parece ser mais forte que os próprios princípios constitucionais sobre a matéria.

Jorge Leite Junior realiza, em seu artigo “Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras”, uma genealogia da abjeção, refletindo sobre o tema do monstro em sua relação com a patologização e a criminalização das pessoas vistas como desviantes sexuais. Referindo-se em especial a travestis, transexuais e intersexuais como os monstros pálidos da contemporaneidade, o autor reforça o argumento despatologizador, refletindo sobre a urgência de se dilatarem as fronteiras do inteligível pela ampliação do conceito do humano.

As organizadoras do dossiê, Berenice Bento e Larissa Pelúcio, com significativa produção voltada para a análise de questões referentes aos temas das homo e trans sexualidades, comprometidas com as causas de defesa dos direitos das pessoas que se afastam dos padrões heteronormativos, são autoras do artigo “Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas”. Analisando a ideologia contida no DSM (APA) e no CID (OMS), que incorporam gênero como categoria diagnóstica, as autoras questionam a autorização das equipes multidisciplinares de especialistas (psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais) designados a avaliar as pessoas transexuais e travestis como doentes. Discutem a campanha Stop Trans Pathologization, já apresentada na entrevista com Amets Sues, que mobiliza internacionalmente ativistas trans, intelectuais, entidades políticas e profissionais na reivindicação da retirada da transexualidade do rol das doenças identificáveis como transtornos mentais. As autoras desconstruem os argumentos médicos e psi, e se engajam na campanha pelo fim do diagnóstico de gênero.

A seção de resenhas nos apresenta, como tem feito tradicionalmente nesses 20 anos de REF, leituras de outros livros, autoras e autores que se debruçam sobre temas dos estudos feministas e de gênero relacionados aos interesses dos leitores/as da Revista.

Cristina Scheibe Wolff, Mara Coelho de Souza Lago
e Tânia Regina Oliveira Ramos